

ADMINISTRADOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com as 70 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA II		CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO II		NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS		POLÍTICAS PÚBLICAS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos	Questão	Pontos
1 a 5	0,8	16 a 20	0,8	26 a 30	1,2	36 a 40	1,2	46 a 50	0,8
6 a 10	1,2	21 a 25	1,2	31 a 35	1,8	41 a 45	1,8	51 a 55	1,2
11 a 15	2,0							56 a 60	1,6
								61 a 65	2,0
								66 a 70	2,4

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1(uma) hora a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no dia útil seguinte à realização das provas, na página da FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA II

É preciso voltar a gostar do Brasil

Muitos motivos se somaram, ao longo da nossa história, para dificultar a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, produto da expansão europeia, concebida desde o início para servir ao mercado mundial, organizada em torno de um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada em uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo onde pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim?

Durante muito tempo, as tentativas feitas para compreender esse enigma e constituir uma teoria do Brasil foram, em larga medida, infrutíferas. Não sabíamos fazer outra coisa senão copiar saberes da Europa (...) Enquanto o Brasil se olhou no espelho europeu só pôde construir uma imagem negativa e pessimista de si mesmo, ao constatar sua óbvia condição não-europeia.

Houve muitos esforços meritórios para superar esse impasse. Porém, só na década de 1930, depois de mais de cem anos de vida independente, começamos a puxar consistentemente o fio da nossa própria meada. Devemos ao conservador Gilberto Freyre, em 1934, com *Casa-grande & Senzala*, uma revolucionária releitura do Brasil, visto a partir do complexo do açúcar e à luz da moderna antropologia cultural, disciplina que então apenas engatinhava. (...) Freyre revirou tudo de ponta-cabeça, realizando um tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira. (...)

A colonização do Brasil, ele diz, não foi obra do Estado ou das demais instituições formais, todas aqui muito fracas. Foi obra da família patriarcal, em torno da qual se constituiu um modo de vida completo e específico. (...)

Nada escapa ao abrangente olhar investigativo do antropólogo: comidas, lendas, roupas, cores, odores, festas, canções, arquitetura, sexualidade, superstições, costumes, ferramentas e técnicas, palavras e expressões de linguagem. (...) Ela (a singularidade da experiência brasileira) não se encontrava na política nem na economia, muito menos nos feitos dos grandes homens. Encontrava-se na cultura, obra coletiva de gerações anônimas. (...)

Devemos a Sérgio Buarque, apenas dois anos depois, com *Raízes do Brasil*, um instigante ensaio – “clássico de nascer”, nas palavras de Antônio Cândido – que tentava compreender como uma sociedade rural, de raízes ibéricas, experimentaria o inevitável trânsito para a modernidade urbana e “americana” do século 20. Ao contrário do pernambucano Gilberto Freyre, o paulista Sérgio Buarque não sentia nostalgia pelo Brasil agrário que esta-

va se desfazendo, mas tampouco acreditava na eficácia das vias autoritárias, em voga na década de 1930, que prometiam acelerar a modernização pelo alto. Observa o tempo secular da história. Considera a modernização um processo. Também busca a singularidade do processo brasileiro, mas com olhar sociológico: somos uma sociedade transplantada, mas nacional, com características próprias. (...)

Anuncia que “a nossa revolução” está em marcha, com a dissolução do complexo ibérico de base rural e a emergência de um novo ator decisivo, as massas urbanas. Crescentemente numerosas, libertadas da tutela dos senhores locais, elas não mais seriam demandantes de favores, mas de direitos. No lugar da comunidade doméstica, patriarcal e privada, seríamos enfim levados a fundar a comunidade política, de modo a transformar, ao nosso modo, o homem cordial em cidadão.

O esforço desses pensadores deixou pontos de partida muito valiosos, mesmo que tenham descrito um país que, em parte, deixou de existir. O Brasil de Gilberto Freyre girava em torno da família extensa da casa-grande, um espaço integrador dentro da monumental desigualdade; o de Sérgio Buarque apenas iniciava a aventura de uma urbanização que prometia associar-se a modernidade e cidadania.

BENJAMIN, César. **Revista Caros Amigos**.
Ano X, nº 111. jun. 2006. (adaptado)

1

Segundo o texto, o “...tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira.” (l. 29-30) refere-se:

- (A) à influência das culturas indígena e negra na civilização ibérica.
- (B) à influência destas etnias na constituição da cultura brasileira.
- (C) às interferências ibéricas na formação destas etnias.
- (D) às dificuldades que estes povos criaram para a formação social brasileira.
- (E) ao massacre sofrido por estes povos no processo colonizador.

2

O autor enaltece as teorias de Freyre e Buarque “mesmo que tenham descrito um país que, em parte, deixou de existir.” (l. 69-70). Segundo o texto, o país, em parte, deixou de existir em virtude de:

- (A) diferentes colonizações na sua história.
- (B) erros na decifração do enigma brasileiro.
- (C) inevitáveis mudanças ao longo da história.
- (D) equívocos na construção da cultura.
- (E) dificuldades encontradas pelos antropólogos.

3

Para Sérgio Buarque, “as massas urbanas” (l. 61) representam o(a):

- (A) sinal de liberdade dos senhores locais.
- (B) empecilho à decifração do enigma brasileiro.
- (C) resultado da colonização de raízes ibéricas.
- (D) produto de transformações feitas pela “nossa revolução”.
- (E) demonstração do autoritarismo em voga na década de 30.

4

O termo destacado em “...um espaço integrador dentro da **monumental desigualdade**,” (l. 71-72) faz contraponto com o(a):

- (A) processo autoritário de modernização.
- (B) contraste econômico entre o campo e a cidade.
- (C) comunidade doméstica patriarcal.
- (D) estratificação social da casa-grande.
- (E) construção da cidadania decorrente da urbanização.

5

O fragmento “somos uma sociedade transplantada, mas nacional, com características próprias.” (l. 56-58) sinaliza uma oposição. Assinale a opção em que os termos demonstram, respectivamente, esta oposição.

- (A) Independente / insubmissa.
- (B) Colonial / singular.
- (C) Única / igualitária.
- (D) Livre / original.
- (E) Peculiar / específica.

6

A compreensão do Brasil foi retardada pela existência de:

- (A) uma família patriarcal que se opôs ao trabalho civilizatório das instituições formais.
- (B) uma sociedade que continuou mercantilista até a independência.
- (C) um enigma que só pôde ser decifrado com os ideais republicanos.
- (D) muitos dados que enredaram a nossa cultura.
- (E) aspectos que levaram à formação de uma identidade nacional contraditória.

7

É **CONTRÁRIA** ao texto a seguinte afirmação:

- (A) Sérgio Buarque não considera a passagem para a modernidade um processo lesivo aos interesses nacionais.
- (B) Gilberto Freyre e Sérgio Buarque compartilham o sentimento pelo ocaso da sociedade agrária.
- (C) Gilberto Freyre, conservador, faz uma releitura do Brasil que não se restringe ao elemento europeu.
- (D) O dualismo vivência rural e vivência urbana é cotejado por Sérgio Buarque em sua obra.
- (E) O ponto de contato entre o pensamento dos dois autores consiste na investigação do que há de específico na brasilidade.

8

O aspecto enigmático da sociedade brasileira consiste:

- (A) em se desvendar a razão de não se gostar muito do Brasil.
- (B) na fragilidade do olhar investigativo dos estudiosos.
- (C) na ineficácia dos esforços de se entender o Brasil em decorrência de sua situação geográfica.
- (D) na incapacidade brasileira de copiar os saberes europeus.
- (E) nas contradições existentes mesmo em etapas diferentes de sua constituição política.

9

Em “seríamos enfim levados a fundar a comunidade política, **de modo a transformar, ao nosso modo**, o homem cordial em cidadão.” (l. 65-67), as partes destacadas podem ser substituídas, sem alteração de sentido, por:

- (A) de maneira que pudéssemos – do nosso jeito.
- (B) com o fim de – como se fosse nosso.
- (C) na forma de – da nossa sociedade.
- (D) tendo como objetivo – para nosso lucro.
- (E) sem fins de – do mesmo jeito.

10

Assinale a opção em que o conjunto destacado **NÃO** atribui ao texto a idéia de **FINALIDADE**.

- (A) “Muitos motivos se somaram, (...) **para dificultar a tarefa de decifrar, (...) o enigma ...**” (l.1-3)
- (B) “concebida desde o início **para servir ao mercado mundial**,” (l.5-6)
- (C) “(...) as tentativas feitas **para compreender esse enigma** (...) foram, (...) infrutíferas.” (l.13-15)
- (D) “Houve muitos esforços meritórios **para superar esse impasse**.” (l. 20-21)
- (E) “experimentaria o inevitável trânsito **para a modernidade urbana ...**” (l. 47-48)

11

Na construção de uma das opções abaixo foi empregada uma forma verbal que segue o mesmo tipo de uso do verbo haver em “Houve muitos esforços meritórios para superar esse impasse.” (l. 20-21). Indique-a.

- (A) O antropólogo já havia observado a atitude dos grupos sociais.
- (B) Na época da publicação choveram elogios aos livros.
- (C) Faz muito tempo da publicação de livros como estes.
- (D) No futuro, todos hão de reconhecer o seu valor.
- (E) Não se fazem mais brasileiros como antigamente.

12

Assinale a opção em que há uso **INADEQUADO** da regência verbal, segundo a norma culta da língua.

- (A) É interessante a obra de Freyre com a qual a de Sérgio Buarque compõe uma dupla magistral.
- (B) É necessário ler estes livros nos quais nos vemos caracterizados.
- (C) Chico Buarque, por quem os brasileiros têm grande admiração, é filho de Sérgio Buarque.
- (D) É tão bom escritor que não vejo alguém de quem ele possa se comparar.
- (E) Valoriza-se, sobretudo, aquele livro sob cujas leis as pessoas traçam suas vidas.

13

Em qual das palavras apresentadas a seguir as lacunas **NÃO** podem ser preenchidas com os mesmos sinais gráficos destacados no vocábulo **expansão**?

- (A) E __clu __ão.
- (B) E __po __ição.
- (C) E __terili __ação.
- (D) E __pan __ivo.
- (E) E __cur __ão.

14

A ausência do sinal gráfico de acentuação cria outro sentido para a palavra:

- (A) trânsito.
- (B) características.
- (C) inevitável.
- (D) infrutíferas.
- (E) anônimas.

15

Assinale a opção em que está correto o uso do acento indicativo da crase.

- (A) Atribui-se à Sérgio Buarque uma visão otimista do Brasil.
- (B) O autor refere-se, no texto, à uma monumental desigualdade.
- (C) O Brasil passou a ser entendido à partir desses estudos.
- (D) O povo brasileiro é dado à festas folclóricas.
- (E) Muitos universitários recorrem às pesquisas destes dois autores.

CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO II

16

Seres fantásticos que, segundo o imaginário europeu, habitavam as terras americanas



Théodore de Bry, **Viagens à América: 1590 - 1634**. Apud MOTA, Carlos Guilherme & LOPEZ, Adriana. **Brasil revisitado: palavras e imagens**. São Paulo, Rios, 1989. p. 24.

Os relatos espetaculares sobre a Amazônia, presentes nos depoimentos dos indígenas e nas crenças europeias, contrapunham, a todo momento, duas visões da nova terra: a idílica e a temível, a paradisíaca e a trágica. Esse contraponto, na verdade, refletia o contexto histórico no qual estava inserido, significando que:

- (A) a força dos nativos da Amazônia, proveniente de sua forte ligação com a natureza, comoveu e transformou o universo ideológico europeu do século XVI.
- (B) o longo confronto entre Portugal e Espanha, decorrente da Guerra de Reconquista, perpetuava-se, na América, com a disputa de territórios além-mar.
- (C) o encontro com o indígena significava, para o europeu, um estranhamento perante aquele desconhecido, sempre vitorioso nos conflitos iniciais, apesar de suas armas rudimentares.
- (D) mesmo enfrentando dificuldades de toda sorte, a conquista da região significava alcançar riquezas materiais que as expedições da época moderna buscavam.
- (E) quaisquer que fossem os perigos que a região apresentasse, deveriam ser enfrentados, pois esta era a vontade divina, tanto no que se refere ao europeu, como no imaginário nativo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de nºs 17 e 18.

Durante o período colonial, a região do Vale do Guaporé foi foco de atenção do governo português, por sua situação limítrofe e pela atividade comercial que a caracterizava. Em consequência, nela se delineou uma estrutura social típica da colônia portuguesa.

17

Sobre a estrutura social dos Vales do Guaporé e do Madeira nesta época, é correto afirmar que:

- (A) grande parte da população cativa resistiu à escravidão, de maneiras diversas: desde fugas, muitas vezes apoiadas pelos vizinhos castelhanos, até o aldeamento em quilombos.
- (B) ao contrário do que ocorria nas demais regiões brasileiras, a elite branca era muito reduzida e possuía funções de caráter exclusivamente militar, ficando a classe média encarregada da organização política.
- (C) parte da população escrava da região originou-se da migração de nordestinos na época do primeiro ciclo de extração do látex.
- (D) a grande maioria dos trabalhadores dos Vales do Guaporé e do Madeira era de indígenas originários do Vale do Paraguai e submetidos à escravidão.
- (E) a entrada de migrantes para trabalhar nos seringais e na construção da ferrovia Madeira-Mamoré promoveu a formação dos primeiros núcleos urbanos à margem dos rios.

18

A crise que atingiu a região do Vale do Guaporé, a partir do início do século XIX, pode ser explicada pela:

- (A) quantidade de expedições científicas na região, as quais controlavam o número de transações mercantis.
- (B) abertura da navegação fluvial pelo rio Madeira para escoar a produção agrícola e de manufaturados da região.
- (C) chegada dos jesuítas, em cujas missões era terminantemente proibida a atividade comercial.
- (D) decadência da mineração aliada à importância militar da região do Vale do Paraguai.
- (E) decretação do fim da escravidão na Amazônia, desguarnecendo de mão-de-obra as companhias comerciais.

19

Durante o desenrolar da chamada “questão acreana”, alguns líderes defenderam a emancipação do Acre, tanto no que se refere à Bolívia, como em relação ao Brasil. Contudo, essa proposta não se concretizou, entre outros motivos, porque:

- (A) seringalistas e comerciantes brasileiros sentiram seus interesses ameaçados, sobretudo após o arrendamento da região ao *Bolivian Syndicate*.
- (B) o general José Pando comandou uma expedição até a nascente do rio Javari, eliminando os focos insurretos.
- (C) os mineradores bolivianos temiam perder sua maior fonte de renda, que era a exploração das minas de estanho da região.
- (D) uma força internacional, liderada por França, Inglaterra, Alemanha, EUA e Suíça, ocupou a região, por determinação do Tratado de Petrópolis.
- (E) um contingente misto de norte-americanos e brasileiros, liderado por Plácido de Castro, ocupou a região, com a finalidade de neutralizar o monopólio boliviano sobre a extração do látex.

20

“O que quer que façam ou não, os norte-americanos devem agora começar a olhar para longe.”

MAHAN, Alfred T., in MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., **História dos Estados Unidos da América**. SP: Melhoramentos, Tomo II, p. 447.

A afirmativa acima tentava justificar o expansionismo norte-americano que, com base na Doutrina Monroe e no chamado Destino Manifesto, atuava sobre o continente americano. Na tentativa de se proteger dessas investidas e preservar a soberania territorial brasileira no século XIX, o governo imperial:

- (A) comprou da Bolívia o Território do Acre, já ocupado por seringueiros brasileiros, que foram, também, indenizados.
- (B) estabeleceu a hidrovía Amazonas-Madeira como trajeto exclusivo para a exploração e o escoamento do ouro encontrado na região.
- (C) decretou o monopólio da navegação no rio Amazonas, concedendo sua exploração à companhia fundada por Irineu Evangelista de Souza.
- (D) permitiu a livre navegação no rio Amazonas, na esperança de que, pressionados por outros países, os EUA desistissem de seus ideais expansionistas.
- (E) impediu a internacionalização da navegação fluvial na Amazônia, a partir da isenção de impostos, concedida a quem passasse a utilizar o porto de Belém, no Oceano Atlântico.

Leia o texto abaixo para responder às questões de nºs 21 e 22.

A Região Norte do Brasil sempre teve sua economia marcada pelo extrativismo vegetal e, pelas próprias condições socioespaciais, pela utilização da mão-de-obra indígena. Contudo, no início do século XX, duas mudanças são sentidas: o aparecimento de uma mão-de-obra não indígena e a queda da borracha no mercado internacional.

21

O fator que justificou o surgimento da mão-de-obra não indígena na região foi a:

- (A) saída dos holandeses do Nordeste, provocando o desmantelamento das pequenas empresas e o crescente desemprego dos nordestinos.
- (B) grande seca no sertão do Nordeste no final do século XIX, provocando a migração de nordestinos para a região.
- (C) escravização dos negros africanos comprados pelos regatões para o trabalho nos seringais.
- (D) decadência da cafeicultura do Sudeste, resultando no deslocamento da mão-de-obra ociosa para o Vale do Guaporé.
- (E) libertação dos escravos africanos e seu conseqüente emprego no extrativismo amazônico, como mão-de-obra livre.

22

Apesar da queda sofrida pela produção amazônica da borracha, um novo surto de exportação acontece em terras amazônicas nos anos 40 do século XX. Assinale a opção que explica corretamente o fato citado.

- (A) O trabalho era coletivo, o que beneficiava os investimentos no abastecimento dos seringais e na comercialização do produto.
- (B) A criação das reservas extrativistas comunitárias facilitou a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, o que acarretou o aumento da produção de látex.
- (C) A descoberta do processo de vulcanização da borracha, em meados do século XX, aumentou a demanda de matéria-prima, não suprida pela produção da Malásia.
- (D) A entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial desviou os esforços da produção norte-americana da borracha para a indústria bélica, o que levou o Brasil a retomar seu lugar nas exportações.
- (E) Com os seringais da Malásia nas mãos dos japoneses, os norte-americanos passaram, por determinação dos Acordos de Washington, a reativar a exploração e o fornecimento da borracha para as suas indústrias.

23

Considera-se como um dos fatores determinantes da criação do Estado de Rondônia o(a):

- (A) desmatamento de grande parte da área florestada da Amazônia Ocidental.
- (B) surto demográfico em função da agropecuária e dos garimpos.
- (C) obtenção de terras a partir dos incentivos governamentais.
- (D) insistência da Bolívia na devolução do território pelo Brasil.
- (E) transferência da capital brasileira para o Centro-Oeste.

24

“Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas de o país garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho.”

FENELON, Dea. Proclamação de Getúlio Vargas in **50 Textos da História do Brasil**. SP: Hucitec, 1974, p. 159.

Com esta proclamação, irradiada por todo o país, Getúlio Vargas anunciava o Estado Novo. Assinale, dentre as opções abaixo, a que caracteriza a repercussão dessa ditadura implantada na região amazônica, em especial, no Território Federal do Guaporé.

- (A) Todas as decisões políticas referentes ao território eram tomadas pelo Presidente da República e pelo Ministério da Defesa.
- (B) Os prefeitos dos municípios e os deputados federais eram eleitos por sufrágio universal direto.
- (C) O Ministério do Interior era o único responsável pela administração da região da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, enquanto ao governador cabia a administração do restante do Território.
- (D) Os funcionários públicos, denominados cutubas, eram nomeados pelo governo federal, através do voto indireto do colégio eleitoral.
- (E) O governador era nomeado pelo Presidente da República, não existindo Poder Legislativo em âmbito estadual ou municipal.

25

Sobre o crescimento populacional de Rondônia, pode-se afirmar que:

- I - nas décadas de 70 e 80 do século XX, o aumento da população coincidiu com o programa de colonização implantado pelo INCRA;
- II - as políticas agrícolas implementadas no final do século XX aceleraram a urbanização no Estado de Rondônia;
- III - logo após as duas guerras mundiais, muitos europeus decidiram deixar o continente arrasado e iniciar uma nova vida na América, especificamente no Estado de Rondônia;
- IV - a presença de um sistema integrado de transporte, criado a partir da construção da BR-364, integrando a Amazônia ao Centro-Sul, facilitou a mobilidade espacial da população em direção a Rondônia.

Estão corretas, apenas, as afirmativas:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III
- (E) I, II e IV

NATUREZA E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

26

No exercício de sua função consultiva, os Tribunais de Contas propiciam o esclarecimento dos administradores públicos sobre as normas e procedimentos relativos à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nessa atuação, a resposta à consulta:

- I – tem caráter normativo;
- II – constitui prejulgamento da tese ventilada;
- III – constitui prejulgamento dos fatos concretos consultados.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) II, apenas. (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas. (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

Quanto ao momento em que é exercido, o controle da Administração Pública pode ser classificado como prévio, concomitante ou *a posteriori*. Assim, tem-se como exemplo típico de controle concomitante exercido pelo Tribunal de Contas o(a):

- (A) exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de aposentadorias.
- (B) julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) apreciação das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante parecer elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.
- (D) realização de auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (E) exigência de autorização para os Estados realizarem operação de crédito no exterior.

28

Reconheça as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O sistema de fiscalização adotado pelos Estados para seus Tribunais de Contas é desvinculado do modelo federal.
- () Aplica-se o princípio da simetria constitucional, ou simetria concêntrica, na definição do modelo de fiscalização adotado pelos Tribunais de Contas dos Estados.
- () Os Tribunais de Contas dos Estados são integrados por 9 (nove) Conselheiros.

A seqüência que preenche as lacunas acima na ordem correta é:

- (A) V, V, F (B) V, F, V
- (C) F, V, V (D) F, V, F
- (E) F, F, V

29

Verificada ilegalidade em determinado contrato firmado pela Administração Pública estadual, o Tribunal de Contas assinou prazo para que o órgão contratante adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Transcorrido o prazo assinado sem que tenha sido saneada a contratação, ao Tribunal incumbirá:

- (A) sustar a sua execução, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa.
- (B) emitir parecer prévio a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo.
- (C) notificar o Chefe do Poder Executivo para cancelar o contrato no prazo de 90 (noventa) dias.
- (D) julgá-lo insubsistente por decisão dotada de eficácia de título executivo perante o Poder Judiciário.
- (E) adotar as medidas necessárias para que o Poder Legislativo promova a sua sustação.

30

NÃO se inclui na competência dos Tribunais de Contas dos Estados:

- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador de Estado.
- (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado.
- (C) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro.
- (D) prestar informações solicitadas pela Assembléia Legislativa sobre a fiscalização contábil.
- (E) realizar, por iniciativa própria, auditorias e inspeções de natureza financeira.

31

No curso de apuração realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, constataram-se indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, um funcionário público estadual possa retardar ou dificultar a realização da auditoria e causar novos danos ao Erário. Neste caso, em cumprimento às disposições contidas em sua Lei Orgânica, o Tribunal deverá, cautelarmente:

- (A) enviar parecer prévio fundamentado à Assembléia Legislativa, sugerindo o afastamento temporário do responsável.
- (B) determinar a perda definitiva do cargo ou função do responsável.
- (C) determinar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, o afastamento temporário do responsável.
- (D) representar ao Chefe do Poder Executivo, requerendo o afastamento temporário do responsável.
- (E) declarar temporariamente ineligível o responsável, até a conclusão das apurações.

32

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, verificada a ocorrência de fraude comprovada em uma licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar de licitação na Administração Estadual ou Municipal por até, no máximo:

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 10 (dez) anos.
- (C) 12 (doze) anos.
- (D) 15 (quinze) anos.
- (E) 20 (vinte) anos.

33

O procedimento de fiscalização a ser utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para obter dados de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com a finalidade de subsidiar a instrução e o julgamento de processos de tomadas e prestações de contas, é a:

- (A) diligência.
- (B) auditoria.
- (C) inspeção especial.
- (D) inspeção ordinária.
- (E) inspeção extraordinária.

34

De acordo como o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para a posse de Auditor do Tribunal será convocada Sessão do Plenário:

- (A) Sigilosa.
- (B) Especial.
- (C) Extraordinária.
- (D) Ordinária.
- (E) Administrativa.

35

Nas votações das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no caso de empate:

- (A) o Presidente da Câmara proferirá voto de desempate.
- (B) o Presidente da Câmara ou o Conselheiro que estiver na sua Presidência proferirá voto médio.
- (C) o processo será submetido à deliberação do Plenário.
- (D) prevalecerá o voto do Conselheiro Relator.
- (E) será convocado Conselheiro substituto para proferir voto de desempate.

POLÍTICAS PÚBLICAS

36

No ciclo de política, que compreende as fases de estruturação de políticas públicas, encontram-se as etapas de implementação e de avaliação. Tais etapas, de acordo com o conceito de redes de implementação, caracterizam-se por:

- (A) ação de múltiplos agentes em campo interorganizacional e valoração que resulta em aprendizado.
- (B) estabelecimento de contatos por rede digital, no sentido de ampliar as ações colaborativas na implementação de políticas.
- (C) diagnóstico prévio que define atividades com vistas à obtenção de metas, recursos e horizonte temporal.
- (D) monitoramento constante tendo em vista correções de rota, com atenção especial à atividade de formulação.
- (E) levantamento prévio de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas pelo formulador da política.

37

Nas diversas áreas de direitos sociais, organizam-se os chamados “conselhos de políticas”, instrumentos importantes e peculiares de gestão de políticas públicas. Observe algumas afirmações sobre tais conselhos.

- I – São espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, e têm a função de formular e controlar a execução de políticas públicas setoriais.
- II – Possuem caráter executivo e independem do Poder Público para que sejam estruturados.
- III – São fóruns congregadores de entidades e associações da sociedade civil que quebram o monopólio estatal.
- IV – Dependem da lei para serem criados e sua regulamentação é feita pelo respectivo conselho, em consonância com o Poder Público.

É(São) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) III e IV

38

As Organizações Não Governamentais (ONG) são uma expressão da sociedade civil, que atuam em diferentes esferas da vida pública. Tais Organizações podem estabelecer um encontro participativo com o Estado, o que implica:

- (A) desenvolvimento de ações que visam a criticar os rumos das políticas implementadas pelo Estado.
- (B) prestação de serviços ao Estado, com relações distantes e burocratizadas devido à grande quantidade de ONG a ele conveniadas.
- (C) promoção de práticas caritativas em áreas em que o Estado não tem condições de atuar.
- (D) relação de dependência no recebimento de verbas públicas, o que torna as ONG um braço institucional do Estado.
- (E) contrato formalizado e divisão de responsabilidades entre o órgão governamental e a ONG, mantendo espaço para críticas mútuas.

39

Dentre as várias áreas que proporcionam o funcionamento das organizações governamentais, o orçamento configura-se como aquela que pode gerar uma melhora qualitativa da gestão pública. Contudo, segundo Cunha e Rezende (*in* Cavalcanti, Ruediger e Sobreira, 2005), a lógica que caracteriza a elaboração do orçamento obedece:

- (A) à distribuição equitativa de recursos federais a estados e municípios, eliminando assimetrias na disponibilidade de recursos orçamentários por habitante.
- (B) a mecanismos financeiros que suportam a ação coordenada entre governo federal, estados e municípios, atendendo às demandas sociais.
- (C) a um processo participativo que envolve a sociedade e os agentes públicos, formando um quadro de referência para as decisões orçamentárias.
- (D) ao princípio do incrementalismo, pelo qual o orçamento de um ano é sempre elaborado com base no do ano anterior, reforçando a rigidez.
- (E) ao equilíbrio entre o longo e o curto prazos e a processos capazes de manter permanente o foco em problemas da sociedade.

40

Circunstâncias sociais que oprimem determinados grupos humanos levam à definição de políticas públicas denominadas “ações afirmativas”, que supõem:

- (A) criação de meios para que segmentos sociais possam afirmar a sua diferença e reivindicar respeito à diversidade.
- (B) garantia de balizamento nas oportunidades para os que têm a sua existência marcada por desigualdades, como as de classe, gênero e etnia.
- (C) tratamento igualitário a todos os grupos humanos por parte do Poder Público, garantindo o exercício do equilíbrio e da equanimidade na gestão.
- (D) formação de núcleos de proteção que afastam os marginalizados do convívio social, tendo em vista capacitá-los para o exercício da cidadania.
- (E) discriminação positiva de grupos sociais que historicamente sempre foram privilegiados por sua posição na hierarquia de classes.

41

O estabelecimento de uma agenda positiva, tendo em vista o desenvolvimento, supõe:

- (A) indicar áreas que precisam de ação continuada, tornando-se foco de interesse suprapartidário e social.
- (B) basear ações governamentais no corporativismo estatal, tornando públicos os interesses de matriz privada.
- (C) adotar o republicanismo abstrato, fundado na construção de fórmulas institucionais idealistas.
- (D) incorporar uma dimensão concentradora nas ações estatais, tendo em vista a eficácia na fiscalização.
- (E) formular um pacto social que garanta a defesa dos interesses de grupos economicamente favorecidos.

42

Para uma compreensão abrangente de como se processam as políticas públicas, é preciso distinguir Estado de Governo. Assinale a opção que apresenta a diferenciação correta.

	Estado	Governo
(A)	Unidade da Federação que possui autonomia administrativa e legislativa.	Somatório de ações e técnicas que visam ao bem-estar da população.
(B)	Instituições perenes como as forças armadas, que visam à garantia da soberania nacional.	Organização da sociedade civil tendo em vista a execução de ações sociais.
(C)	Conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo.	Conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, configurando uma orientação política.
(D)	Estrutura baseada no Poder Executivo e nas medidas dele emanadas.	Estrutura baseada no Poder Legislativo, que julga as medidas emanadas do Estado.
(E)	Instituição abstrata garantida pela existência de um texto constitucional.	Instituição concreta formada de representantes eleitos que atuam conforme a vontade do povo.

43

Uma política pública que tem sido proposta principalmente em situações que envolvam infrações praticadas por menores é a justiça restaurativa, definida como aquela em que a(o):

- (A) vítima estabelece a pena e determina como deve ser cumprida a partir de seu senso de justiça.
- (B) responsabilidade do delito é atribuída ao infrator, que deve ser castigado conforme o crime praticado.
- (C) comunidade reavê o direito de praticar a justiça por meio de audiências públicas.
- (D) família da vítima exerce seu direito de apelar pela redução da maioria penal.
- (E) infrator tem a obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as consequências.

44

Pesquisas alarmantes acerca do aquecimento global demandam do Poder Público a implantação de políticas que visem a minimizar os efeitos negativos de tal fenômeno à vida. A este respeito, a Constituição do Estado de Rondônia, nos artigos que tratam da preservação do meio ambiente (Arts. 218 ao 232), estimula tomadas de decisão preventivas, sendo um dos deveres do Poder Público:

- (A) ordenar o espaço territorial a fim de conservar e separar áreas degradadas das que devem ser mantidas preservadas.
- (B) prevenir, controlar e combater os processos de desmatamento, aplicando ao infrator, dentre outras penalidades, a proibição de receber incentivos e auxílios governamentais.
- (C) flexibilizar os estudos do impacto ambiental, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico e social em sentido amplo.
- (D) incentivar a produção, a comercialização, o emprego de métodos e técnicas e a utilização de substâncias que afetem o meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento econômico.
- (E) estimular o aproveitamento em larga escala dos recursos naturais, em função das demandas do processo de urbanização, com base em princípios ecológicos.

45

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) tem como um de seus princípios a transparência administrativa. É(São) instrumento(s) de transparência da gestão fiscal:

- (A) análise de contas realizadas por servidores públicos ou agentes vinculados aos governos.
- (B) divulgação de dados sobre contas públicas em meios eletrônicos de acesso exclusivo aos membros do governo.
- (C) implantação de conselho de gestão fiscal constituído prioritariamente de entidades técnicas.
- (D) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas.
- (E) estímulo à renúncia fiscal, dificultando a prática do clientelismo com os tributos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

46

“A sociedade moderna é uma sociedade das organizações das quais o homem passa a depender para nascer, viver e morrer.”

CHIAVENATO, 2003.

A citação acima retrata fielmente a premissa básica de uma Teoria da Administração, a Estruturalista, que tem como característica principal o fato de estar voltada para:

- (A) o todo e para a interação entre os recursos humanos da organização.
- (B) o todo e para suas correlações com as tarefas a serem realizadas.
- (C) o todo e para o relacionamento das partes na constituição do todo.
- (D) uma única parte estrutural da empresa e como esta se desenvolve.
- (E) uma única parte estrutural da empresa e sua relação de hierarquia.

47

Maslow foi um dos ícones da Teoria Comportamental da Administração. Ao propor um estudo sobre a motivação humana, ele criou uma estrutura piramidal que vai das necessidades mais simples às mais complexas.

Imaginando-se um indivíduo que precise satisfazer seus anseios de alimentação, repouso e abrigo, tem-se, segundo Maslow, a satisfação de uma necessidade:

- (A) de auto-realização.
- (B) de estima.
- (C) de segurança.
- (D) fisiológica.
- (E) social.

48

“O Tribunal de Contas é uma Instituição que denota o conceito principal da Teoria dos Sistemas, que é um conjunto de elementos interdependentes e interagentes que formam um todo combinado.”

CHIAVENATO, 2003.

A proposição que reflete a exata estrutura de um sistema, considerando o ambiente, é representada por:

- (A) entrada – processo – saída – retroação.
- (B) entrada – retroação – saída – processo.
- (C) entrada – retroação – processo – saída.
- (D) saída – processo – entrada – retroação.
- (E) saída – retroação – entrada – processo.

49

Os Tribunais de Contas utilizam, metaforicamente, princípios da Administração Científica ao proporem a aplicação de métodos que eliminem o desperdício e fiscalizem processos nos mais diversos departamentos.

Dentre os processos listados a seguir, indique o que **NÃO** representa uma característica da Administração Científica.

- (A) Organização racional do trabalho.
- (B) Análise do trabalho operário.
- (C) Avaliação da satisfação humana.
- (D) Estudos sobre a eliminação de desperdício.
- (E) Criação da especialização funcional.

50

“O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia representa a instituição fundamental para a eficiente fiscalização dos atos administrativos e do dinheiro público (...), mesmo considerando-se a série de problemas relativos aos desenhos estruturais das instituições públicas brasileiras (...). Compromete-se com o gerenciamento operacional de seus recursos até a eficácia de suas decisões.”

disponível em <http://www.tce.ro.gov.br/nova/publicacoes/artigo1.doc>

O texto acima reflete o conceito de duas das principais vertentes da administração estratégica: eficiência e eficácia, cujas principais características podem ser traduzidas pelos(a):

	Eficiência	Eficácia
(A)	recursos utilizados para consecução do objetivo organizacional.	definição dos meios para alcançar os objetivos.
(B)	recursos utilizados para determinado fim.	medida de alcance de resultados.
(C)	medição de êxitos.	retroação organizacional.
(D)	busca de resultados.	definição dos meios para alcançar resultados.
(E)	busca de resultados.	definição da estratégia organizacional.

51

“A composição atual do Tribunal de Contas compreende: Conselheiros, Auditores e o Ministério Público.”

disponível em: www.tce.ro.gov.br

Esta composição traduz o conceito de organização, que é a junção de recursos e competências para executar as ações planejadas e transformá-las em resultado. Como função administrativa, desdobra-se em três níveis organizacionais que, em ordem decrescente de hierarquia, são:

- (A) departamental – operacional – institucional.
- (B) operacional – departamental – institucional.
- (C) operacional – institucional – departamental.
- (D) institucional – operacional – departamental.
- (E) institucional – departamental – operacional.

52

A Lei de Responsabilidade Fiscal trata de diversas dimensões de gastos e receitas públicas. Sobre o campo de atuação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- (A) a criação ou expansão de despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.
- (B) a Lei de Responsabilidade Fiscal não trata das despesas com Seguridade Social, que é de responsabilidade integral do Ministério da Previdência Social.
- (C) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 90%.
- (D) o único aumento de despesa sem contrapartida da fonte de recursos é o de contratação de funcionários públicos contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (E) no cálculo das despesas com pessoal são incluídos os pensionistas mas não os inativos, que são responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social.

53

O planejamento orçamentário envolve a utilização de elementos contábeis, jurídicos e econômicos, e a Lei de Responsabilidade Fiscal busca a eficiência desse planejamento através de diferentes mecanismos. Sobre os mecanismos que compõem a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (B) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder público.
- (C) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- (D) Os limites de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal não atingem o Poder Judiciário, pois figuram em orçamento próprio redigido pelo Ministério Público.
- (E) A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (nos artigos 19 e 20) será realizada ao final de cada quadrimestre.

54

A Lei nº 8.666/93 estabelece o processo de compras públicas, sobre o qual é correto afirmar que:

- (A) somente pessoas jurídicas são parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral, em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado.
- (B) o registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
- (C) o sistema de controle do quadro geral de preços, por questões de segurança, não pode ser informatizado.
- (D) a existência de preços registrados obriga a Administração a comprar produtos idênticos aos dos que têm preço registrado.
- (E) os preços registrados serão publicados diariamente, para orientação da Administração, no sítio do Ministério da Fazenda.

55

A Lei nº 8.987/95 estabelece as regras de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Essa lei também prevê as razões pelas quais a concessão deve ser extinta. Entre essas razões **NÃO** se inclui:

- (A) encampação. (B) caducidade.
 (C) lucratividade. (D) rescisão.
 (E) anulação.

56

Uma das variáveis mais relevantes na determinação das concessões e permissões de serviços públicos é a tarifa a ser cobrada à população. Sobre a política tarifária estabelecida pela Lei nº 8.987/95, que rege o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos, é correto afirmar que:

- (A) as tarifas não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, tendo que atender o princípio da igualdade.
 (B) a política tarifária tem como objetivo manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e atender os objetivos sociais do processo de concessão.
 (C) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo órgão regulador, cabendo à proposta vencedora da licitação a determinação da sua área de atuação.
 (D) caso o poder público altere unilateralmente o contrato, a empresa tem direito a um reajuste automático de 30% no valor da tarifa como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro.
 (E) uma vez definida a tarifa, possíveis revisões tarifárias somente ocorreriam caso a soma da variação cambial mais inflação ultrapassasse 15% ao ano.

57

Foi submetido à apreciação da autoridade competente, pela Comissão de Ética Pública (CEP), ato do Diretor-Geral da Agência Reguladora que transferiu parte de seu patrimônio à sua esposa e não comunicou tal providência à CEP. Em pouco tempo a mídia tomou conhecimento de que se estava analisando uma transferência de caráter duvidoso, realizada por agente público, e prontamente foi verificar a informação. Solicitada, pela imprensa local, a informar e opinar acerca do ocorrido, a referida autoridade, de acordo com o Código de Conduta da Alta Administração Federal, deverá:

- (A) manter completo sigilo acerca dos envolvidos e da conduta questionada.
 (B) manter sigilo sobre o agente público responsável pela transferência patrimonial, mas revelar a conduta realizada.
 (C) informar o ocorrido, em razão do direito à informação e aos deveres de publicidade e transparência dos atos administrativos, todos consagrados pela Constituição Federal de 1988.
 (D) informar o ocorrido, considerando que o Código de Conduta da Alta Administração Federal não estabelece como competência da CEP analisar transferências patrimoniais à cônjuge.
 (E) informar o ocorrido, tendo em vista que o Código de Conduta da Alta Administração Federal não tem como escopo verificar condutas pessoais de agente público, mas tão somente atos realizados no exercício da função pública.

58

Por ocasião da submissão do Código de Conduta da Alta Administração Federal à apreciação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o então ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, justificou o referido diploma alegando na Exposição de Motivos que "(...) é natural que a expectativa da sociedade a respeito da conduta do administrador público se tenha tornado mais exigente. E está claro que mais importante do que investigar as causas da insatisfação social é reconhecer que ela existe e se trata de uma questão política intimamente associada ao processo de mudança cultural, econômica e administrativa que o País e o mundo atravessam".

Nesse sentido, **NÃO** se inclui entre as finalidades expressas no Código de Conduta da Alta Administração Federal:

- (A) criar mecanismos de consulta, destinados a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do administrador.
 (B) assegurar a licitude e a transparência dos atos administrativos.
 (C) preservar a imagem e a reputação do administrador público, cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas nesse Código.
 (D) estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo público.
 (E) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Federal, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior.

59

A fábrica EQUIPEINF, de equipamentos de informática, utiliza em sua linha de produção a placa de som PL201 da fornecedora SONДАР, para uso em seu produto final, o computador EQUIP2007. A planilha abaixo identifica as movimentações do material PL201 em seu estoque.

ENTRADAS			SAÍDAS
Dia	Quantidade (em unidades)	Preço (em R\$)	Quantidade (em unidades)
02/04	400	20,00	0
03/04	150	30,00	0
09/04	---	---	250

A partir dessas informações calcula-se que o custo médio do estoque para o item PL201, ao final do dia 09/04, pelo método UEPS, em reais, é:

- (A) 4.500,00
 (B) 5.000,00
 (C) 6.000,00
 (D) 6.500,00
 (E) 7.500,00

60

O Sr. Martins pretende melhorar o controle dos estoques de materiais de escritório utilizando a classificação ABC. A planilha a seguir informa a demanda anual de dez desses itens.

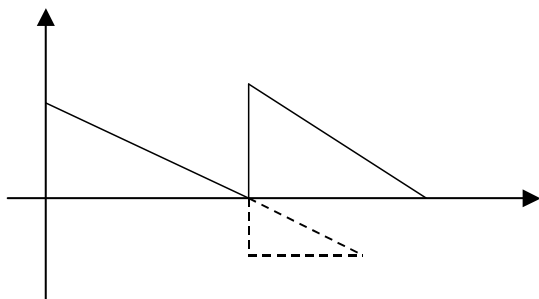
MATERIAL	Demanda Anual (em unidades)	Preço unitário (em reais)
M101	15	6,00
M102	40	5,00
M103	25	2,00
M104	10	4,00
M105	50	8,00
M106	30	5,00
M107	60	7,00
M108	70	3,00
M109	35	3,00
M110	20	7,00

Separando-se os materiais nas classes **A**, **B** e **C**, correspondentes a 20%, 30% e 50%, respectivamente, com base na demanda anual em valores monetários, é correto afirmar que um dos materiais que serão classificados como pertencentes à Classe **A** é o:

- (A) M104
- (B) M106
- (C) M107
- (D) M108
- (E) M109

61

A movimentação de um item dentro de um sistema de estoque é representada pelo gráfico a seguir, conhecido como dente de serra, em que a abscissa corresponde ao tempo decorrido para o consumo e a ordenada, à quantidade de peças em estoque.



O que indica a linha pontilhada no gráfico?

- (A) Fornecimento do item rejeitado.
- (B) Entrega do item dentro do prazo previsto.
- (C) Ponto de reposição na data correta.
- (D) Consumo do item inferior ao estoque.
- (E) Necessidade de estoque não atendida.

62

Assinale a opção que identifica as funções do Departamento de Controle da Qualidade numa fábrica de manufaturados.

- (A) Inspeção, registro de dados e técnicas estatísticas.
- (B) Auditoria, padronização e controle da produção.
- (C) Registro de dados, avaliação funcional e especificações de produtos.
- (D) Controle de estoque, planejamento e manutenção de produtos.
- (E) Controle da produção, técnicas de inspeção e padronização.

63

A Empresa Gama, iniciando suas atividades em fevereiro de 2007, realizou, no primeiro mês, os seguintes registros no Livro Diário:

Em reais			
a)	Caixa		
	a Capital		20.000,00
b)	Bancos Conta Movimento		
	a Caixa		18.000,00
c)	Móveis e Utensílios		
	a Diversos		
	a Bancos Conta Movimento	1.000,00	
	a Contas a Pagar	4.000,00	5.000,00
d)	Estoque de Mercadorias		
	a Fornecedores a Pagar		15.000,00
e)	Veículos		
	a Bancos Conta Movimento		6.000,00
f)	Imóveis		
	a Diversos		
	a Bancos Conta Movimento	5.000,00	
	a Contas a Pagar	35.000,00	40.000,00
g)	Duplicatas a Receber		
	a Venda de Mercadorias		12.000,00
	CMV		
	a Estoque de Mercadorias		12.000,00
h)	Diversos		
	a Veículos		
	Bancos Conta Movimento	3.000,00	
	Promissórias a Receber	3.000,00	6.000,00

Com base nos dados acima, pode-se afirmar que o saldo da conta Bancos Conta Movimento, no final de fevereiro de 2007, em reais, foi:

- (A) 6.000,00
- (B) 7.000,00
- (C) 8.000,00
- (D) 9.000,00
- (E) 11.000,00

64

Um capital de R\$ 50.000,00 foi aplicado por um período de 6 meses, a uma taxa de juros (simples) de 2% ao mês.

No dia do resgate, qual o montante de juros, em reais, obtido pelo investidor com esta aplicação?

- (A) 5.500,00
- (B) 5.999,66
- (C) 6.000,00
- (D) 6.333,33
- (E) 6.666,33

65

A Empresa Silva & Filhos obteve um empréstimo pelo qual, ao final de um ano, deverá pagar um montante de R\$ 100.000,00, incluindo principal e juros compostos de 2,5% ao mês.

O valor atual desse empréstimo, em reais, é:

- (A) 70.000,00
- (B) 74.355,58
- (C) 75.000,00
- (D) 76.923,08
- (E) 78.024,29

66

Os estágios da receita pública são:

- (A) deliberação, estruturação, recebimento e utilização.
- (B) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (C) fixação, empenho, arrecadação e recebimento.
- (D) fixação, aprovação, recolhimento e liquidação.
- (E) provisão, alocação, recolhimento e distribuição.

67

A dívida pública pode ser dividida em flutuante e fundada.

A dívida flutuante compreende os seguintes itens:

- (A) restos a pagar, serviço da dívida a pagar, depósitos e débitos de tesouraria.
- (B) restos a pagar, créditos de tesouraria, consignações e transferências correntes.
- (C) inventários físicos, imóveis sem uso, créditos de financiamento e fluxos dominiais.
- (D) débitos bancários, refluxo de caixa, débitos de funcionamento e créditos suplementares.
- (E) débitos de tesouraria, serviço da dívida a pagar, débitos de funcionamento e empenhos transferidos.

68

Na interpretação das normas, atos e contratos administrativos, a doutrina brasileira, capitaneada pelo consagrado Hely Lopes Meirelles, entende que **NÃO** se considera o(a):

- (A) princípio da supremacia do Poder Público sobre os cidadãos.
- (B) presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- (C) necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público.
- (D) analogia que permita aplicar o texto da norma administrativa a espécie não prevista, mas compreendida em seu espírito.
- (E) interpretação extensiva, que estenda entendimento do Direito Privado, não expresso no texto administrativo nem compreendida em seu espírito.

69

A lei, como fonte primária do Direito Administrativo, abrange a(os):

- (A) Doutrina.
- (B) Jurisprudência.
- (C) Constituição.
- (D) Analogia.
- (E) Costumes.

70

No Brasil, o Sistema de Controle Judicial adotado pelo Estado para a correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público:

- (A) nega à Administração o direito de decidir.
- (B) atribui à Administração o exercício de funções judiciais.
- (C) equipara-se ao Sistema de Contencioso Administrativo adotado na França.
- (D) atribui os efeitos da coisa julgada exclusivamente às decisões emanadas pelo Poder Judiciário.
- (E) segrega as competências do Judiciário e da Administração, cabendo ao primeiro decidir os litígios de Direito Privado, e à segunda, os litígios de Direito Público.